

ENGAJAMENTOS AMBIVALENTES, EFEITOS PARADOXAIS: MOVIMENTOS FEMINISTA E DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA E/EM/CONTRA O DESENVOLVIMENTO*

Sonia E. Alvarez**

Resumo

Os movimentos de mulheres são parcialmente produtos do desenvolvimento e o desenvolvimento tem servido como meta e terreno para o ativismo de mulheres. Apoiando-me em experiências latino-americanas seletas, este ensaio irá analisar como o instável relacionamento dos movimentos de mulheres com o desenvolvimento neoliberal facilita certos discursos e práticas ativistas e limita outros/as. Minha discussão irá analisar a mutabilidade deste relacionamento em três momentos distintos: Fase I ou Neoliberalismo de Mercado Fundamentalista; Neoliberalismo Multicultural com uma Face Humana ou Neoliberalismo da Fase II; e Neo-desenvolvimentalismo ou Fase III (Pós)Neoliberalismo. Embora esses momentos careçam de uniformidade temporal e de modelos e as traduções locais obviamente produzam uma heterogeneidade de neoliberalismos latino-americanos, para propósitos heurísticos, quero explorar como cada momento constituiu “uma estrutura operativa” que tinha dimensões raciais e de gênero e que impactaram os movimentos de mulheres de formas distintas.

Palavras-chave: Movimentos Feministas. Movimentos de Mulheres. Desenvolvimento. Gênero. Raça. Neoliberalismo.

Abstract

Women’s movements are products of development and development has served both as target and terrain for women’s activism. Drawing on select Latin American experiences, this essay analyzes how women’s movements’ shifting relationship to neoliberal development has enabled certain activist discourses and practices while circumscribing others. My discussion analyzes that changing relationship at three distinct moments: Phase I or Market Fundamentalist Neoliberalism; Multicultural Neoliberalism with a Human Face or Phase II Neoliberalism; and Neo-developmentalism or Phase III (Post-) Neoliberalism. Though these moments were hardly uniform in either timing or design and local translations produced a heterogeneity of neoliberalisms, for heuristic purposes I explore how each constituted a particular “operating framework” that had gendered and racial dimensions and impacted women’s movements in distinctive ways.

Keywords: Feminist Movements. Women’s Movements. Development. Gender. Race. Neoliberalism.

* Fico grata pela excelente tradução deste texto feita por Ramayana Lira e Sônia Wright. Este trabalho foi preparado para apresentação na Conferência “*Sous le développement, le genre*”, organizada pelo IHEID – Pôle Genre e Développement/The Programme on Gender, Globalization and Change, Geneva, Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Paris, e realizado em Genebra, Suíça em 27-28 de setembro de 2012. Uma versão mais curta do presente trabalho será publicada em *Sous le développement, le genre*, organizado por Isabelle Guérin, Hélène Guétat e Christine Verschuur, Paris: IRD, 2014.

** Mestre e doutora em Ciência Política pela Yale University. A. B. Atualmente é diretora do Center for Latin American, Caribbean, and Latino Studies and Leonard J. Horwitz Professor of Latin American Politics and Society, University of Massachusetts, Amherst. Suas áreas de interesse de pesquisa incluem política latino-americana e das culturas, com foco no Brasil e no Cone Sul; Movimentos Sociais em Perspectiva Comparativa e Transnacional; Organizações não-governamentais, a sociedade civil e a política do Terceiro Setor; Protesto; Feminismos e Gênero política; Raça, racismo e anti-racismo nas Américas; Cultura e Política; Gênero, Desenvolvimento e Pós-Desenvolvimento; Teorias feministas; A teoria democrática contemporânea; e autoritarismo e transição democrática.

Introdução

O desenvolvimento oferece uma complexa e contraditória mistura de obstáculos e oportunidades que, ao mesmo tempo, facilitam e limitam os movimentos feministas e de mulheres na América Latina e no mundo. Indiretamente, o desenvolvimento contribuiu para a emergência e a expansão dos movimentos de mulheres no Sul Global – enquanto absorvia seletivamente, frequentemente distorcendo e despolitizando, as reivindicações feministas – e, ainda, disciplinou os feminismos, restringindo os nossos discursos, práticas, perspectivas e possibilidades.

Se a ambivalência quase sempre “caracteriza o compromisso feminista com o desenvolvimento” (CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2007a, p. 2), os movimentos contemporâneos de mulheres no Sul Global, não obstante, têm trabalhado “no e contra o desenvolvimento” (LIND, 2000), principalmente desde a proclamação da Década das Mulheres pela ONU. De fato, os movimentos de mulheres são, em parte, produtos do desenvolvimento e o desenvolvimento tem servido como alvo e terreno para o ativismo das mulheres.

Tomando como ponto de partida algumas experiências latino-americanas, este ensaio irá analisar como o instável relacionamento entre os movimentos de mulheres e o desenvolvimento neoliberal facilita certos discursos e práticas militantes e limita outros tantos. Analiso esse relacionamento oscilante em três momentos distintos: Fase I ou Neoliberalismo de Mercado Fundamentalista; o Neoliberalismo Multicultural com uma Face Humana ou Neoliberalismo da Fase II; e Neo-desenvolvimentismo ou Fase III do (Pós) Neoliberalismo.¹ Embora esses momentos careçam de uniformidade temporal e de modelos e as traduções locais obviamente produzam

uma heterogeneidade de neoliberalismos latino-americanos, para propósitos heurísticos, quero explorar como cada momento constituiu “uma estrutura operativa ou ‘software’ ideológico” particular (PECK; TICKEL, 2002, p. 380) que tinha dimensões raciais e de gênero e que impactaram os movimentos de mulheres de formas distintas.

Durante a primeira fase fundamentalista do neoliberalismo de mercado, mulheres, especialmente as pobres e da classe trabalhadora pertencentes a grupos raciais subalternos, vieram a constituir um “exército invisível que arcou com os custos do ajuste estrutural de forma a garantir a sobrevivência do lar” (MOLYNEUX, 2006, p. 432), como tem sido largamente documentado. Da mesma forma que o modelo de desenvolvimento Estatal-Nacional-Popular que o precedeu, o Neoliberalismo da Fase I tinha apenas um uso instrumental para movimentos feministas e de mulheres ou de outros setores da sociedade civil que, por sua vez, acabaram intensificando a oposição ao autoritarismo e ao crescimento liderado pelo mercado.

De meados para o final dos anos 1990, no entanto, o neoliberalismo apresentou uma face mais humana, multicultural e participativa e organizações da sociedade civil, incluindo grupos feministas profissionalizados, foram alçados ao status de “parceiros” chaves no/do desenvolvimento.

Foi exatamente nesse segundo momento de desenvolvimento neoliberal que se consolidou o que nomeio como a Agenda Global de Gênero (AGG) –

mudança, a agenda passou, gradualmente, de uma preocupação com a destruição ativa e o descrédito das instituições keynesianas de bem-estar e das instituições coletivistas (definidas amplamente) para uma preocupação focada na construção e na consolidação propositais de novas formas de estado neoliberal, modos de governança e relações regulatórias” (itálicos no original). Desmantelar e desacreditar os arranjos institucionais CEPAListas/desenvolvimentistas e corporativistas/ populistas também foi o foco da Fase I, na América Latina; promover a “boa governança” era uma peça central da Fase II, que envolvia “eficiência em serviços públicos, o primado da lei no que diz respeito a contratos, um setor judiciário efetivo, respeito aos direitos humanos, uma imprensa livre, e uma estrutura institucional pluralista. Os meios para atingir tais metas foram a mercantilização dos serviços públicos, redução do excesso de servidores públicos, disciplina orçamentária, descentralização administrativa e participação de ONGs” (ZANOTTI, 2005, p. 468).

¹ Peck e Tickel (2002, p. 384) defendem, de maneira convincente, a distinção entre dois momentos do neoliberalismo aos quais me refiro como Fases I e II: analisando a sua trajetória no “coração” do neoliberalismo do Atlântico Norte, eles identificam “uma mudança que vai do padrão de desregulamentação e desmantelamento tão dominante nos anos 1980, que pode ser caracterizado como ‘neoliberalismo roll-back’, para uma fase emergente de construção ativa do Estado e reforma regulatória – o momento de ascensão do “neoliberalismo roll-out”. No processo desta

um conjunto hegemônico, ainda que contestado, de posições normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres, equidade de gênero e outras questões concernentes às mulheres, especialmente mulheres “pobres e vulneráveis”. Por um lado, a AGG foi uma resposta aos esforços do movimento feminista transnacional que desafiaram os arranjos de poder de gênero e que objetivaram promover a justiça social e racial. Por outro lado, a AGG foi criada a partir da “confluência perversa” entre essas agendas feministas e a defesa, pelo neoliberalismo global, da Agenda da Nova Pobreza a qual propunha que uma abordagem tecnocrática do gênero em geral, e para as mulheres pobres em particular, seria essencial para a construção do “capital social” que agora era considerado necessário para promover o desenvolvimento de mercado de maneira mais eficiente e eficaz². A AGG que daí resultou tanto permitiu quanto disciplinou intervenções culturais e políticas dos movimentos feministas – em nível local, nacional e transnacional.

Enquanto traduções e adaptações locais da AGG tomavam forma, defensoras de políticas feministas latino-americanas foram chamadas para assessorar programas de desenvolvimento local, nacional e regional opinando sobre como melhor “integrar as mulheres” e foram frequentemente subcontratadas para planejar e administrar programas com foco em gênero. As organizações feministas não-governamentais ou ONGs que adquiriram as competências políticas requeridas e tinham maior

² Aqui tomo emprestado de Dagnino, Olvera e Panfichi que se referem a uma “perversa confluência” para “designar o encontro entre, por um lado, os projetos democratizantes que foram constituídos durante o período de resistência a regimes autoritários e continuaram a buscar um avanço democrático, e, por outro lado, os projetos neoliberais que se instalaram, com diferentes ritmos e cronologias, nos finais dos anos 1980. De fato, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva e são baseados nas mesmas referências: a construção da cidadania, participação e a idéia de sociedade civil” (2006, p. 16). Igualmente, ambas as agendas, feministas e neoliberal antipobreza, advogam a participação das mulheres no desenvolvimento e invocam referências semelhantes: “empoderamento” das mulheres e sua incorporação no desenvolvimento.

perfil colaborativo e tecnocrático se tornaram agentes hegemônicas dentro do campo mais amplo do movimento de mulheres. Feminismos hegemônicos foram pressionados a negociar e, segundo as suas detratoras, a colaborar ativamente ou, até, a conspirar com a governança neoliberal. A inclinação do neoliberalismo de segunda fase para construir capital social em meio à “diversidade” racial e cultural também levou às políticas “etnodesenvolvimentistas” que, retoricamente, reconheciam demandas raciais/culturais distintas e, deste modo, abriam novo espaço político para que mulheres negras e indígenas se organizassem, mas que também circunscreviam e disciplinavam aquelas/es que ocupavam esse espaço.

Desde o início dos anos 2000, as evidentes limitações e dimensões disciplinadoras da Agenda Global de Gênero e do multiculturalismo neoliberal, juntamente com a virada à esquerda latino-americana (também conhecida como “Maré Rosa”) e seu pós-neoliberalismo (ou melhor, sua abordagem neodesenvolvimentista do desenvolvimento), alimentam uma crescente frustração e a autocrítica construtiva entre ativistas do movimento de mulheres, incluindo muitas que tinham sido instrumentais na promoção da AGG. Na última década, essa mudança no posicionamento dos feminismos diante do desenvolvimento tem resultado em: a) “um desligamento, ou ao menos problematização significativa [...] do discurso e do aparato do desenvolvimento e uma mudança decisiva em direção ao interesse por outros lugares de poder e produção de conhecimento” (HARCOURT, 2005, p. 34); b) em uma renovada ênfase feminista na construção do movimento; e c) em crescentes esforços para construir alianças com outros movimentos sociais – ou seja, em esforços para discursos e práticas feministas indisciplinadas.

A mãe da crise. Desafiando Ditaduras: Movimento de Mulheres sob a Fase I do Neoliberalismo

Durante a primeira Década de Desenvolvimento da ONU (1961-1970), as mulheres no “terceiro mundo” ou nos países “em desenvolvimento” eram majoritariamente vistas como objetos passivos de políticas voltadas para o controle da população, distribuição de alimentos e gerenciamento da pobreza (ASHER, 2014). No entanto, começando nos anos 1970, e, especialmente, após a proclamação do Ano

Internacional da Mulher e a Década da Mulher da ONU, em 1975, o desenvolvimento se tornou um catalisador para movimentos de mulheres em todo o mundo (ANTROBUS, 2004; MOGHADAM, 2005; RAI, 2002; SNYDER, 2006; WEST, 1999). Ao prover um discurso legitimador em uma região em que ditaduras militares e governos civis militarizados reinavam supremos, o Ano e a Década Internacional da Mulher foram especialmente importantes na abertura do espaço programático e discursivo para o ativismo das mulheres na América Latina.

O *Women in Development* ou Mulheres em Desenvolvimento (MeD) – considerado por alguns como um verdadeiro movimento em si mesmo (SNYDER, 2006) – havia sido institucionalizado ao longo da indústria internacional de desenvolvimento até meados da década de 1980, graças aos esforços de lobby de uma rede de políticas para mulheres situada primordialmente no Norte Global³. E, através de uma combinação de condicionalidades estabelecidas por doadores e esforços dos governos locais para se legitimarem e se apresentarem como “modernos” ao “promoverem as mulheres”, o MeD foi lenta, parcial, seletivamente e, muitas vezes, de maneira errática, aplicado a um grande número de programas de desenvolvimento rural e urbano em todo o Sul Global.

O MeD forneceu recursos internacionais e apoio ideológico para lutas de mulheres latino-americanas, com consequências contraditórias para movimentos locais feministas e de mulheres. A nova ênfase na integração de mulheres no desenvolvimento nos anos 1970 e 1980, por um lado, estava baseada no desejo de superar “obstáculos” ao desenvolvimento e checar a putativa “explosão populacional” no Terceiro Mundo, enquanto que essas pressões internacionais municiaram as mulheres na América Latina e outros lugares no Sul Global com dois recursos políticos chave. Novos fundos fluíram para projetos de mulheres, fomentando os movimentos de base das mulheres, e um novo discurso desenvolvimentista legitimou reivindicações

feministas emergentes por uma maior equidade de gênero (ALVAREZ, 1990, p. 81).

Uma vez que “integrar mulheres” se tornou o discurso predominante do desenvolvimento, o sistema pelo qual identidades eram definidas também se transformou: “mulheres pobres” das zonas rurais e urbanas, as “mulheres ignoradas pelo desenvolvimento”, passaram a fazer parte de uma “vasta paisagem de identidades – as ‘analfabetas’, as ‘sem-terra’ [...] as ‘famintas e mal-nutridas’, ‘aquelas pertencentes ao setor informal’, ‘marginais urbanas’, e assim por diante – todas criadas pelo discurso do desenvolvimento e catalogadas entre as muitas anormalidades que o desenvolvimento trataria e reformaria através de ‘intervenções’ apropriadas”. Importante, como sugerido por Arturo Escobar, foi justamente esse “elenco de personagens diversos”, essas identidades fragmentadas, que forjaram os novos movimentos sociais e se tornaram “atores sociais por direito próprio”, durante os anos 1970 e 1980 (1992, p. 65; 66).

Políticas de ajuste estrutural impulsionaram mulheres pobres e da classe trabalhadora – discursivamente construídas como mães, nutrizes e cuidadoras da família e do bem-estar comunitário – para liderar um amplo espectro de lutas pela sobrevivência comunitária na América Latina durante a infame “década perdida” dos anos 1980.

Enquanto os mercados comprimiam o sustento popular e os estados reduziam serviços sociais e cortavam subsídios, mulheres de setores econômica e socialmente marginalizados e de grupos racial e etnicamente subalternos organizavam creches, alternativas educacionais e de saúde, coletivos de consumidores e comedores populares (cozinhas de sopa comunitária) e fizeram parte de outros movimentos populares, ao denunciarem as terríveis consequências da reestruturação econômica para as mulheres e suas famílias. Grupos populares de mulheres se mobilizaram, com frequência, para exigir bens e serviços públicos das autoridades estatais locais e burocracias desenvolvimentistas, muitas vezes com a ajuda da Igreja Católica progressista, de setores da oposição de esquerda, e de movimentos feministas emergentes (ALVAREZ, 1990a; 1990b; CALDEIRA, 1984; JELIN, 1987).

³ Millie Thayer argumenta, de forma convincente, que “o que se veio a pensar como ‘feminismo global’ era, na verdade, configurações locais específicas de políticas de gênero com raízes nos Estados Unidos e Europa e agraciadas com recursos suficientes para viajar” (2010, p. 15).

Os movimentos populares de mulheres foram, possivelmente, as “mães” das crises da dívida externa “graças às suas estratégias de sobrevivência individuais e coletivas” (LIND, 2005, p. 3). Muitas também se organizaram para combater o terror de estado que, frequentemente, acompanhava o estágio de fundamentalismo de mercado do neoliberalismo e estavam na vanguarda da luta pelos direitos humanos em toda a região (ARDITTI, 1999; JELIN, 1996; NAVARRO, 1989; SCHIRMER, 1989).

Contudo, o próprio estado neoliberal na Fase I, muitas vezes, contava com essas organizações de base de mulheres para a execução de programas de investimento social emergenciais promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial para neutralizar a inquietação social e se antecipar à resistência. Nos anos 1980, como argumenta a estudiosa feminista peruana Maruja Barrig:

o tempo, a energia e o trabalho [não remunerado] das mulheres tornaram-se o ‘instrumento da vez’ para executar programas de emergência, tanto com apoio governamental quanto privado, que buscavam aliviar os efeitos sociais mais notórios do ajuste estrutural (1996, p. 66).

Guiados por pressupostos paternalistas, patriarcais e moderno/coloniais, tais programas, no Peru, assim como em boa parte da região, dependiam do trabalho voluntário das mulheres ou ofereciam salários de sub-subsistência para que as mulheres – muitas das quais haviam se envolvido previamente em grupos populares autônomos – expandissem seus papéis tradicionais na reprodução social através do trabalho em programas de desenvolvimento comunitário patrocinados pelo governo e nos comedores ou creches de seus bairros. Raramente envolviam grupos de mulheres em decisões sobre o planejamento do programa ou sobre a formulação das políticas. Apesar da retórica participativa oficial, as organizações de mulheres eram mobilizadas de cima para baixo e encontravam espaço para o engajamento apenas na implementação dos projetos (LIND, 2005, p. 89).

No vizinho Equador, Amy Lind argumenta que a reestruturação estatal dos serviços de bem-estar social realizada dos anos 1980 a meados dos 1990, incluindo um projeto de construção de creches para comunidades pobres urbanas, teve consequências

“paradoxais” para organizações locais do movimento de mulheres. O projeto ajudou a fortalecer os grupos de mulheres,

uma vez que elas foram chamadas a administrar as creches; no entanto acabou por institucionalizar as lutas por sobrevivência das mulheres ao exigir a participação destas, pagando-lhes pouco e aumentando seu fardo econômico (2005, p. 21).

As organizações populares de mulheres, de acordo com Lind, podem ter sido parcialmente “empoderadas” por tais intervenções desenvolvimentistas, mas os papéis de gênero impostos socialmente às mulheres foram reinscritos no desenvolvimento e grupos locais de mulheres também se envolveram em redes de relações clientelistas (2005, p. 96).

Ciente dos paradoxos enfrentados por organizações de mulheres pobres e trabalhadoras, a “segunda onda” do feminismo em grande parte da América Latina concentrou, de início, suas energias no “trabalho do movimento”, procurando promover a conscientização de gênero entre as mulheres de setores populares que se organizavam em torno da sobrevivência comunitária e contra abusos aos direitos humanos. (MURDOCK, 2008). Contudo, feministas históricas forjaram uma identidade política distinta da de “outras” mulheres ativas no que, na América Latina, veio a ser conhecido como o *movimiento de mujeres* ou movimento de mulheres, consolidando o que tenho chamado de uma “identidade feminista no singular” (ALVAREZ, 1998).

Emergindo nos anos 1970 e 1980, feministas de “segunda-onda” em grande parte da América Latina estavam necessariamente ligadas à oposição de esquerda aos governos militares e civis militaristas que dominaram a região, enquanto proclamavam uma “autonomia” em relação à esquerda por conta do masculinismo desta. A maioria das feministas históricas também repudiava qualquer envolvimento com o estado local e seus aparatos de desenvolvimento, então vistos, com toda razão, como impermeáveis a reivindicações feministas e outras demandas de justiça social (STERNBACH ET AL., 1992). De qualquer maneira, discursos internacionais do MeD legitimaram indiretamente algumas das demandas dos movimentos feministas incipientes, e organizações

feministas emergentes beneficiaram-se quando doadores privados e intergovernamentais começaram a financiar pesquisa-ação e projetos de desenvolvimento com foco nas mulheres.

Na medida em que as ditaduras militares deram lugar aos regimes civis, no Brasil e no Cone Sul, acordos de paz originaram regimes eleitorais na pós-guerra civil na América Central e reformas estatais liberalizantes – como a descentralização administrativa e reformas constitucionais – foram realizadas em países como México, Colômbia, Equador e Venezuela, um número crescente de feministas, optou por participar na política institucional local e nacional (ALVAREZ, 1990a; FRIEDMAN, 1999; 2000; JAQUETTE, 1994; JAQUETTE; WOLCHICK, 1998; WAYLEN, 1994; 2007), o que a teórica mexicana feminista Marta Lamas qualificou como um “*paso de la protesta a la propuesta*” (2000, p. 1).

Em meados e fim da década de 1980 e início dos anos 1990, dependendo do contexto do país, aquele “passo” também incentivou o engajamento crítico com a tradução local do MeD. No entanto, a maioria das feministas latino-americanas não participou ativamente na rede de política transnacional que fez lobby pela “incorporação das mulheres no desenvolvimento” e, mais tarde, do “gênero e desenvolvimento” aos instrumentos de políticas e práticas de desenvolvimento internacionais até o advento dos processos preparatórios das Conferências de Viena, Cairo e Beijing nos anos 1990.

Integrando Gênero, Disciplinando Feminismos: Ativismo das Mulheres e a Face Humana, Participatória e Multiculturalista da Fase II do Neoliberalismo

Os anos 1990 testemunharam a ascendência de uma nova forma de ativismo transnacional entre o crescente número de feministas na América Latina – um ativismo que tinha como meta organizações intergovernamentais e outros fóruns de política internacional dentro e fora do sistema interamericano, assim desejando alcançar projeção global ao pressionar por mudanças na política de gênero na linha de frente nacional. As conferências da ONU realizadas na metade dos anos 1990 –

culminando na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing, em 1995 – motivaram milhares de defensoras dos direitos das mulheres na América Latina e ao redor do globo a intensificar seus esforços de organização transnacional e a lançarem o feminismo para o cenário de desenvolvimento de políticas em nível regional e mundial.

Na busca por influenciar normas e acordos internacionais construídos nesses encontros intergovernamentais, ativistas feministas elaboraram novas redes transnacionais de ativismo e fortaleceram vínculos pré-existentes com suas contrapartes, para além das fronteiras nacionais (ALVAREZ, 1998; KIT; SIKKINK, 1998). Se as feministas latino-americanas já tinham se reunido regularmente em encontros regionais desde 1981, as conferências da ONU e suas avaliações (Cairo+5, Beijing+5, Copenhagen+5, e assim por diante) fomentaram a formalização de redes transfronteiriças e promoveram a consolidação de uma estrutura de ativistas locais e regionais especializadas na defesa de políticas em um plano transnacional. O engajamento dos movimentos de mulheres afro-descendentes e indígenas naquelas conferências e particularmente na Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizado em Durban, África do Sul, em 2001, tem um impacto similar nesses movimentos (ALVAREZ ET AL., 2003; BAIROS, 2002; OLIVEIRA; SANT’ANNA, 2002). A consequente transnacionalização do ativismo feminista durante os anos 1990 veio a ser vista por alguns como a “terceira onda” mais internacionalizada dos movimentos de mulheres latino-americanas (MATOS, 2010).

O que chamo de Agenda Global de Gênero é o produto da confluência, por um lado, do engajamento produtivo da terceira onda com instituições locais e internacionais de desenvolvimento, organizações intergovernamentais e instituições financeiras internacionais e, por outro, a proclamação de uma Nova Agenda da Pobreza pelo Banco Mundial, um recuo parcial do fundamentalismo do mercado ao final dos anos 1990, e o recém-descoberto comprometimento do desenvolvimento neoliberal com a sociedade civil, a “corresponsabilidade”, o “capital social”, o “empoderamento” e a “participação”. Ativistas feministas ajudaram a tornar visível a pobreza das mulheres para a indústria do desenvolvimento,

transformando a feminização da pobreza em um tema central de todas as conferências internacionais de mulheres e cúpulas sociais da ONU exigindo políticas que tenham como meta mulheres chefes de domicílio, maior participação de mulheres nas decisões tomadas na comunidade e outros níveis e a ampliação de crédito para mulheres de baixa renda (MOLYNEUX, 2006, p. 432).

Esses tipos de políticas, por sua vez, se tornaram chave para a Nova Agenda da Pobreza que emergiu como parte da Fase II do neoliberalismo pós-Consenso de Washington, enquanto as instituições financeiras internacionais e alguns estados neoliberais começaram a se preocupar com “a difícil compatibilidade entre desigualdades sociais e governança política” (VILAS, 2006, p. 233).

Na América Latina e em grande parte do Sul Global, uma onda de “política de gênero” se espalhou como resultado da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995, exatamente em meio à pressão para as chamadas reformas neoliberais de “segunda geração”. Beijing veio no lastro do Consenso de Washington e do início do que alguns têm chamado de “neoliberalismo com uma face humana” ou “neoliberalismo roll-out” (MOLYNEUX, 2006; 2007; PECK; TICKELL, 2002). O Banco Mundial anunciou um “pragmatismo amplo” na política de desenvolvimento em seu Relatório de 1999/2000, centrado na diminuição da pobreza e gerenciamento do risco social; havia um

reconhecimento explícito de que o desenvolvimento lento e gradual não funciona e que “o desenvolvimento deve atender diretamente às necessidades humanas (RAI, 2002, p. 82).

A atenção agora deveria ser dada a “como encorajar os pobres a ajudarem a si mesmos” (MOLYNEUX, 2006, p. 430). Essa nova face/fase do neoliberalismo, como sugerido por Molyneux, era “mais evidente em três áreas: as mudanças no lócus e caráter das atividades do estado; a emergência de instituições paralelas para auxiliar na implementação do bem-estar social; e a promoção da parceria da sociedade civil em programas de desenvolvimento e alívio da pobreza” (2006, p. 430). A AGG, então, começou a se solidificar e ser implementada de imediato com ênfase na redução da pobreza proposta pelo Pós-Consenso de Washington

que buscou aliviar os efeitos mais intoleráveis da reforma neoliberal através da promoção do empreendedorismo individual, cidadania mercantilizada, e crescimento liderado pelo mercado. A lógica do desenvolvimento neoliberal, nessa segunda fase, assegurava que

se um amplo setor da população é incapaz de participar na economia devido à pobreza e privação social, seu potencial é negado e a economia, como um todo, sofre (MOLYNEUX; LAZAR, 2003, p. 4).

Mulheres pobres, povos indígenas e afro-descendentes claramente constituíam esses “amplos setores” e seus direitos individuais, “capital social”, e “cidadania”, portanto, tinham que ser reforçados para que se tornassem participantes efetivos no mercado. Para esse fim, estados e instituições de desenvolvimento se apropriaram, tergiversaram e despolitizaram os aspectos da agenda política feminista transnacional que aparentavam ser mais consoantes com a governamentalidade neoliberal. E eles, frequentemente, convocavam defensoras de direitos feministas para a tarefa de ajudar mulheres pobres a ajudarem a si mesmas. Além da feminização da pobreza, testemunhamos a feminização da diminuição da pobreza, geralmente na forma do que Molyneux habilmente descreve como uma “nova combinação das abordagens de política social maternalista anteriores com modelos de coresponsabilidade, condicionais” favorecidos durante a Fase II do neoliberalismo (2006, p. 425).

O neoliberalismo em sua segunda fase é também chamado de “multicultural.” O multiculturalismo neoliberal também foi o produto da paradoxal confluência da defesa transnacional dos movimentos indígena e negro, incluindo mulheres ativistas indígenas e afro-descendentes e a ênfase pós-Consenso de Washington em promover ajuda às pessoas em desvantagem para que essas pudessem ajudar a si mesmas (HOOKER, 2009; LUCERO, 2008; 2009; PASCHEL, 2010; PASCHEL; SAWYER, 2009). Ao procurar aumentar o capital social de indígenas e afro-descendentes na tentativa de melhor integrá-los à cidadania de mercado, estados, instituições financeiras internacionais, organizações intergovernamentais e instituições do “etnodesenvolvimento” facilitaram a

articulação das reivindicações “civis” por atores do movimento indígena, especialmente aqueles que corporificam ou ao menos desempenham o que Charles Hale e Rosamel Milamán chamam de índio permitido (o índio autorizado), uma “categoria de identidade que surge quando regimes neoliberais reconhecem e abrem espaço para a presença, até mesmo agência, indígena coletiva”, enquanto separa “os direitos permitidos do que é proibido e o moderadamente aceitável da ameaça radical de transformação social” (2006, p. 284; 301; ver, também: BOCCARA, 2007; HOOKER, 2009; POSTERO, 2005; 2007; RICHARDS, 2004; 2010).

Agustín Lao-Montes (no prelo) identifica uma tendência semelhante nos movimentos negros contemporâneos, onde o negro preferido ou negro civilizado também tem conquistado espaço (limitado) nos discursos de desenvolvimento e instituições na América Latina. Na interseção entre o multiculturalismo neoliberal e a AGG, organizações e redes de mulheres negras e indígenas foram também alvos de doadores internacionais e fundações privadas.⁴

Nessa segunda fase, estados, instituições intergovernamentais e instituições financeiras internacionais, como sabemos, também buscaram transferir serviços sociais e assistência ao desenvolvimento para o setor privado e o chamado Terceiro Setor. O crescimento econômico e o desenvolvimento teriam agora que se unir a formas neoliberais de governança voltadas à promoção do capital social e da participação; Milton Friedman de mãos dadas com Robert Putman, se assim o queira. (PUTNAM, 1993; EDWARDS; FOLEY; DIANI, 2001).⁵ Fundos antes destinados a investimento social de “emergência” foram substituídos por “aparatos e práticas de ajuste social” permanentes que, agora, frequentemente, incluíam uma dimensão liderada pela sociedade civil e, então, introduziram “novas formas de auto-subjectificação, formação de identidade e disciplina” (ALVAREZ;

⁴ É importante assinalar que tal financiamento era frequentemente mínimo e alguns diriam apenas simbólico quando comparado a recursos adquiridos por ONGs dos setores brancos ou mestiços do movimento feminista regional.

DAGNINO; ESCOBAR, 1998, p. 22). Ao promoverem essas alterações, estados e instituições de desenvolvimento frequentemente se voltavam para organizações feministas não governamentais ou ONGs em busca de consultoria e, como sabemos, uma número crescente de ONGs, incluindo algumas das ONGs feministas mais profissionalizadas Afro-Latinoamericanas que conquistaram recursos e visibilidade limitados para a implementação da AGG aliada ao multiculturalismo neoliberal (RODRIGUES; PRADO, 2010; ROLAND, 2000), foi subcontratado para administrar programas de desenvolvimento voltados para as mulheres pobres e racializadas que eram consideradas público-alvo do trabalho do movimento feminista em décadas anteriores. Como argumentei em outros textos (ALVAREZ, 1998; 1999; 2000; 2009), essas significativas reviravoltas no engajamento feminista com o desenvolvimento podem tanto capacitar o ativismo feminista transnacional e fornecer “empregos, carreiras e credibilidade” às defensoras de direitos (HARCOURT, 2005, p. 39) quanto podem ter o efeito paradoxal de delimitar a natureza e escopo das intervenções feministas transnacionais e disciplinar os discursos e práticas feministas.

As ONGs beneficiadas pela busca por “parceiros” durante a fase II do neoliberalismo tornaram-se os mais visíveis e controversos atores nos campos feministas latino-americanos. As ONGs não eram novidade para os feminismos latino-americanos. Praticamente desde o início da segunda onda dos feminismos, ao menos alguns movimentos centravam suas energias na educação popular e na mobilização política de mulheres pobres e da classe trabalhadora. A novidade nos anos 1990 estava na maior visibilidade política das ONGs e em seu envolvimento com os estados, organizações internacionais e instituições de desenvolvimento. Essa década testemunhou um verdadeiro “boom” em ONGs especializadas em avaliação de políticas de gênero, execução de projetos e realização de serviços sociais, alçando-as a um novo patamar de notoriedade pública ao mesmo tempo em que, gradativamente, afastou muitas organizações do “trabalho do movimento” anterior. E muitas organizações feministas passaram

por um processo a que eu e outras pesquisadoras nos referimos como “ONGeização” (ALVAREZ, 1999; JAD, 2007; LANG, 1999; SILLIMAN, 1999).⁶

A institucionalização de numerosos grupos feministas na forma de ONGs representou, inicialmente, uma resposta estratégica ao retorno da política eleitoral e processos de democratização (frágeis e desiguais) na região. Quando os aliados anteriores do feminismo na oposição aos estados de segurança nacional assumiram as rédeas do governo, em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitas organizações feministas começaram a aperfeiçoar suas pesquisas aplicadas, lobby e competências na luta por direitos, na esperança de traduzir o projeto feminista de transformação cultural-política em propostas concretas de políticas de gênero. A maior parte dos grupos feministas recentemente profissionalizados moldaram estratégias e identidades políticas híbridas – desenvolvendo expertise na defesa de políticas e oferta de serviços enquanto mantinham um compromisso com o trabalho do movimento, ao promover o empoderamento das mulheres e transformar as relações de poder de gênero prevalentes (LEBON, 1998; MURDOCK, 2008; THAYER, 2010).⁷ E em colaboração com o lobby feminista global, ONGs locais conseguiram pressionar muitos governos latino-americanos para realizar reformas de inspiração feministas – tais como as cotas eleitorais para aumentar a representação política e a legislação para combater a violência doméstica (veja HTUN, 2003; FRIDEMAN, 2010; JAQUETTE, 2009; MOLYNEUX; CRASKE, 2002).

Já em meados dos anos 1990, no entanto, a insistência das feministas latino-americanas na centralidade das necessidades das mulheres para a

consecução de políticas e de que a democracia significativa exigia a participação das mulheres convergiram desconfortavelmente com “outro processo, outro projeto, que vinham de outro lugar” (DAGNINO, 2002) – a saber, com a busca do neoliberalismo da Fase II por formas mais eficientes de tratar a pobreza crescente entre as mulheres e os grupos raciais marginalizados. O resultado dessa confluência foi um conjunto de políticas focalizadas em gênero, raça e etnia centradas na incorporação, ao mercado, das mais pobres das pobres mulheres racializadas e na promoção da autoajuda, das estratégias lideradas pela sociedade civil para tratar os mais notórios e nefastos efeitos do ajuste estrutural e da reestruturação econômica. De fato, a sociedade civil foi saudada como “corresponsável” com o estado e o mercado pela garantia do sucesso do novo modelo de desenvolvimento. E no “software ideológico” oferecido pelo neoliberalismo da Fase II, as ONGs, em particular, foram consideradas “como o veículo da vez – a bala mágica” – para promover esse novo conjunto de estratégias da sociedade civil que está na moda. (GRUHN, 1997, p. 325; veja também: EDWARDS; HULME, 1996; FISHER, 1997; GRUGEL, 1999; PIESTER, 1997; TAYLOR, 1999).

Os governos locais, estaduais e nacionais, e instituições de desenvolvimento se voltaram, gradativamente, para ONGs feministas para avaliar “políticas com uma perspectiva de gênero” e administrar os programas de autoajuda, serviço social e *capacitación* (treinamento) com foco nas mulheres pobres e de classe trabalhadora implementados em grande parte da região a partir da segunda metade dos anos 1990. No Brasil, por exemplo, a tendência para a subcontratação de ONGs pelo governo acelerou, significativamente, durante o governo neoliberal (“Terceira Via”) de Fernando Henrique Cardoso (1994-

⁵ Agradeço a Niall Stephens por essa formulação.

⁶ No sentido usado aqui, a crescente ONGeização dos feminismos latino-americanos não se refere à proliferação de instituições mais formalizadas e profissionalizadas nos movimentos. Pelo contrário, a ONGeização se refere à promoção ativa e deliberada e à sanção oficial de algumas práticas e formatos de organização feminista por parte de estados, instituições intergovernamentais, instituições financeiras internacionais e doadores (ALVAREZ, 2009). A ONGeização trouxe implicações preocupantes para a democracia interna e as relações de poder nos campos feministas, influenciando profundamente na determinação de

que atores eram considerados aptos para “dialogar” com os elaboradores de políticas públicas nacionais e internacionais, instituições de desenvolvimento e agências de financiamento, de quem pode ter acesso a microfones políticos locais e globais e de quem podia mais rapidamente acessar recursos culturais, políticos e materiais.

⁷ Para questionamentos provocativos e críticas sobre o uso do “empoderamento” das mulheres pelo desenvolvimento, ver, especialmente, Cornwall e Anyidoho (2010) e as publicações do projeto comparativo “Trilhas do Empoderamento das Mulheres”. Disponível em: <http://www.pathwaysofempowerment.org/resources_pathways.html>.

2002). Até 1993, apenas 3,2% das verbas das ONGs feministas vinham de recursos do governo brasileiro (LEBON, 1998, p. 267). Mas, ao final dos anos 1990, a subcontratação estava em alta e o Comunidade Solidária, o programa de ajuste social do governo Cardoso, professava um desejo de trabalhar em parceria com ONGs para melhorar os serviços sociais e fornecer treinamento profissional para os pobres (ALMEIDA, 2006; TEIXEIRA, 2003).

Algumas das maiores e mais tecnicamente aptas ONGs feministas brasileiras – incluindo importantes grupos feministas negros – receberam fundos do Comunidade Solidária para oferecer programas de treinamento de mão de obra (com uma “ênfase em cidadania”) para jovens “em desvantagem econômica”.

Organizações comunitárias de todo gênero, incluindo organizações de base de mulheres, agora se tornaram sujeitos ao invés de meros objetos ou alvos das políticas de desenvolvimento. As tecnologias de desempenho, voltadas para grupos em situação de risco, prevaleceram sobre as tecnologias de agência voltadas para os cidadãos (CRUIKSHANK, 1999; ALVAREZ, no prelo). A “participação”, para o neoliberalismo de segunda fase, serviu, muitas vezes, como um meio para um fim: o que Dean chama de “novos regimes calculativos formais”, que envolvem:

a definição de indicadores de desempenho, [...] a instituição de ‘quase-mercados’ na oferta de serviços e expertise, a ‘corporatização’ e ‘privatização’ de serviços anteriormente públicos e a terceirização de serviços [...], meios mais ou menos técnicos para garantir os requisitos morais e políticos para moldar a conduta de forma a otimizar o desempenho” (1999, p. 169).

A participação na ampla gama de esquemas de redução da pobreza foi dirigida por tais regimes técnicos calculativos, que tinham como objetivo a melhora do desempenho e, com isto, a modulação da conduta das “mulheres pobres”. De fato, os inúmeros programas sociais administrados pelo terceiro setor ou por ONGs através dos quais as mulheres pobres e destituídas poderiam se superar “através de seus próprios esforços” são paradigmáticos da Fase II do neoliberalismo (EYBEN; NAPIER; MOORE, 2007; MOLYNEUX, 2007a; 2007b).

A otimização do desempenho também implicou em uma forma mais fácil de lidar com as mulheres pobres, principalmente as racializadas, ao utilizar as “competências de especialista” das próprias ativistas de base. Katy Jenkins argumenta que

com o crescente aproveitamento do trabalho voluntário das mulheres pelas ONGs [...], as ativistas comunitárias tornaram-se uma espécie de especialistas após muitos anos desempenhando papéis importantes em organizações populares”.

Jenkins conclui que ativistas de base “profissionalizadas”, tais como as onipresentes agentes de saúde popular do desenvolvimento, têm que equilibrar a aquisição de habilidades especializadas com sua identidade como líderes comunitárias, chegando a sugerir que “a profissionalização de base [...] critica os imperativos desenvolvimentistas neoliberais, ao mesmo tempo que é produto deles” (JENKINS, 2008, p. 139).

A etnografia inovadora de Millie Thayer sobre os relacionamentos entre movimentos de mulheres rurais e ativistas de ONGs feministas locais no Brasil, e entre ativistas e acadêmicas feministas e doadores do Norte Global, demonstra que as organizações populares de mulheres têm, gradativamente, se transnacionalizado através da sua inserção nos fluxos feministas globais e circuitos de gênero e desenvolvimento. O grupo de mulheres rurais que ela estudou na região “menos desenvolvida e mais empobrecida” do país havia aprendido a operar no e contra o desenvolvimento, também participando em

relações políticas transnacionais que o ligavam a movimentos feministas em todo o mundo. Algumas dessas conexões envolviam contatos diretos, enquanto outras ocorreram através de intermediárias brasileiras [...] com mais acesso a tecnologias da comunicação e os recursos para viagem.

Thayer argumenta, ainda, que as ONGs feministas

serviram como um tipo de intermediária, apropriando-se de e reinterpretando discursos feministas de outras partes e redistribuindo-os dentro do Brasil, onde eles foram novamente reinterpretados e transformados por movimentos da classe trabalhadora” (2010, p. 17; 25).

Contudo, o envolvimento feminista na capacitação, intermediação e tradução para organizações populares de mulheres mais profissionalizadas inseridas em fluxos feministas internacionais, algumas vezes serviu para

salientar o lado técnico-profissional da identidade híbrida das ONGs feministas e, potencialmente, comprometeu sua *advocacy* crítica, enquanto o “trabalho de movimento” das ONGs ficava cada vez mais empurrado para o segundo plano. (JENKINS, 2008; MOSER, 2004; MURDOCK, 2008; THAYER, 2010). No entanto, durante a Fase II do neoliberalismo três desenvolvimentos se combinaram para de-hibridizar as estratégias e identidades de ONGs feministas de muitos países latino-americanos e enfraquecer sua capacidade de defender mais efetivamente as políticas públicas e as mudanças sociais inspiradas pelo feminismo. Em primeiro lugar, estados e instituições de desenvolvimento foram aos poucos se voltando para as ONGs feministas como especialistas em gênero e não como grupos de cidadãos defendendo os direitos das mulheres.

Essa tendência ameaçou reduzir as intervenções político-culturais das ONGs feministas no debate público sobre equidade de gênero e cidadania das mulheres a aspectos especificamente técnicos. Uma segunda tendência relacionada a esta foi a crescente inclinação dos estados neoliberais e organizações intergovernamentais para verem as ONGs como substitutas da sociedade civil. ONGs feministas eram frequentemente consultadas (de forma seletiva) sobre questões de política de gênero supondo-se que elas serviam como “intermediárias” de um grupo societal mais amplo. Enquanto muitas ONGs mantiveram laços importantes com tais grupos, no entanto, outros atores nos campos dos movimentos feministas em expansão na América Latina – particularmente grupos e movimentos de mulheres e feministas que se postaram de forma crítica ao restrito escopo das políticas inspiradas pela AGG-cum neoliberalismo multicultural – tiveram negado o acesso direto a debates sobre políticas de gênero sendo, assim, efetivamente silenciados politicamente. Por fim, à medida que os estados aumentavam a subcontratação de ONGs feministas para assessorar ou implementar programas governamentais de mulheres, a capacidade das ONGs de monitorar criticamente as políticas e defender reformas mais radicais (talvez mais feminista?) estava potencialmente em perigo (ALVAREZ, 1999).

Uma vez tendo “mudado da política de oposição inicial para se tornar engajada, de uma forma ou de outra, com a elaboração de políticas do desenvolvimento” (CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2007a, p. 12), as feministas, frequentemente, se viram na posição paradoxal de servir como consultoras pagas ou procurar contratos com o estado e instituições de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que lutavam para permanecer críticas a eles. Como Cornwall, Harrison e Whitehead sugerem, a “política da influência” necessita “não somente de simplificação e slogans memoráveis, mas também de escolhas estratégicas e linguagens estratégicas”, tais como usar argumentos instrumentais porque “eles têm maior influência” (2007a, p. 13; ver, também, 2007b).

O engajamento com o desenvolvimento neoliberal em sua feição participativa e multicultural pode resultar em uma tendência que as críticas feministas chilenas Olga Grau, Francisca Pérez e Raquel Olea chamam de “acomodação discursiva”. Em seu ponto de vista, a acomodação discursiva consiste em “[adaptar] o próprio perfil discursivo aos requisitos explícitos ou implícitos do interlocutor envolvido no conflito” (1997, p. 91). Elas argumentam que isto pode levar a a um quadro de autodeterminação do ‘que é possível dizer’ que opera como uma censura auto-imposta, tornando difícil articular uma linha autônoma de argumento que explicitamente e sustente os nós [discursivos] mais problemáticos: sexualidade, família, conceito de gênero (GRAU; PÉREZ; OLEA, 1997, p. 74)

Na visão de Cornwall, Harrison e Whitehead, isto pode “produzir pressões por simplificação, criação de slogans e um consenso com o mais baixo denominador comum” (2007a, p. 16). Como Olea sucintamente colocou durante uma entrevista no final dos anos 90, “existe um discurso dominante e se fala a partir desse discurso com demasiada frequência” (ALVAREZ, 2000).⁸

“Sidestreaming” ou Transversalidade Horizontal de Gênero, Feminismos Indisciplinados: Ativismo no Contexto Pós-Neoliberal

A acomodação discursiva e outros esforços de mainstreaming ou transversalidade vertical por parte das

⁸ Entrevista com Raquel Olea, Claudia Barattini e Francisca Pérez, Corporación La Morada, Santiago de Chile, 11 de julho de 1997.

feministas especialistas em gênero e defensoras de políticas durante os anos 1990 asseguraram a passagem de alguns elementos de uma agenda de políticas específicas de gênero. Para alcançar ganhos políticos limitados, o feminismo hegemônico teve que se engajar e negociar (e alguns críticos sustentam que ativamente colaborar) com a governança neoliberal. Enquanto isto, segmentos dos movimentos feministas e de mulheres que permaneceram críticos ao trabalho dentro do estado e de instituições internacionais sob condições de democracia restrita e neoliberalismo global foram gradativamente marginalizados e silenciados publicamente. Ainda assim, algumas feministas e mulheres ativistas nos movimentos negros, indígenas e outros movimentos sociais progressistas e partidos de esquerda condenaram o que viam como o conluio do feminismo hegemônico com o neoliberalismo global e insistiam, na via contrária, em desafiar as terríveis consequências que o desenvolvimento liderado pelo mercado trouxe para as vidas das mulheres pobres, especialmente as rurais, afrodescendentes e indígenas. Elas continuaram a enfatizar o “trabalho de movimento” e buscaram espalhar a mensagem feminista para mulheres ativas em formas cotidianas de resistência ao neoliberalismo.

Desde a passagem para o século XXI, a “virada à esquerda” na política latino-americana – combinada a uma onda de novas formas de organização entre indígenas e afrodescendentes, modalidades inovadoras de políticas desenvolvidas pelo MST brasileiro, piqueteiros argentinos, hip hop e movimentos alternativos da mídia e redes multiescalonadas nascidas no Fórum Social Mundial e outros processos translocais de organização antineoliberal – promove significativos realinhamentos nos campos dos movimentos feministas e de mulheres. (DANGL, 2010; FRIEDMAN, 2007; 2009; 2010; LEIVSLEY; LUDMAN, 2009; LEVITSKY; ROBERTS, 2011; SILVA, 2009).

Expressões de organizações de mulheres marginalizadas durante o auge da segunda fase do neoliberalismo ganharam uma nova visibilidade e a crescente desilusão com os escassos frutos de seu engajamento com a governança neoliberal desafiaram as diretrizes que um dia guiaram o feminismo hegemônico.

Essas mudanças na maré política alimentaram duas tendências chave do ativismo feminista latino-americano. Em primeiro lugar, o feminismo hoje é decididamente “plural”. Identidades feministas têm se multiplicado, causando a expansão exponencial de um conjunto de espaços sociais e identidades e constituindo o que Marlise Matos (2010) considera ser uma autêntica “quarta onda” de mobilização. As próprias mulheres que o feminismo hegemônico dos anos 1990 via como “as outras” – trabalhadoras rurais e urbanas, afrodescendentes, indígenas e lésbicas – tem traduzido e transformado muitos princípios centrais feministas, gerando “outros feminismos” que estão profundamente entrelaçados (e, algumas vezes, enredados em disputas) a lutas locais, regionais e globais por justiça social, sexual e racial (ALVAREZ ET AL., 2003; CALDWELL, 2007; CARNEIRO, 1999; HERNÁNDEZ CASTILLO, 2001; 2010; LEBON, 2007; SAFA, 2005; SPEED; HERNÁNDEZ CASTILLO; STEPHENS, 2007).⁹

Esses diversos feminismos – junto com mulheres jovens ou feministas jovens que propõem agendas distintivas das gerações anteriores (FACCHINI; FRANÇA, 2011; PAPA; SOUZA, 2009) – articulam críticas afiadas das permanentes desigualdades entre mulheres e também entre mulheres e homens de diversos grupos raciais e classes, assim expandindo o escopo e alcance das mensagens feministas e revitalizando as intervenções das mulheres nas políticas e cultura. Um desdobramento importante da proliferação de feminismos e suas críticas multidimensionais do feminismo hegemônico em décadas anteriores é o que chamo de “*sidestreaming*” ou “transversalização horizontal” feminista (ALVAREZ, 2009; 2010). O feminismo agora se espalha horizontalmente em um amplo conjunto de comunidades

⁹ É crucial que repensemos as metáforas de “ondas” ao traçarmos as múltiplas genealogias e o desenvolvimento rizomático e, frequentemente, paralelo, de diversos feminismos latino-americanos. Mulheres negras, indígenas, trabalhadoras, domésticas, rurais, lésbicas entre tantas “outras” do feminismo hegemônico estiveram, de fato, na linha de frente da organização feminista em décadas anteriores, mesmo quando seus feminismos aconteciam em espaços do movimento mistos ou autônomos, como era o caso, por exemplo, das feministas negras, na Bahia, que primeiro se organizaram sob os auspícios do Movimento Negro Unificado no início da década de 80.

de classes, raciais e étnicas e arenas sociais e culturais, “escorrendo para cima, para baixo e para os lados” para configurar o que Fiona Macaulay (2010) habilmente caracteriza como um “movimento multi-nodal de mulheres” e “comunidade de políticas de gênero”. Várias outras organizações de movimentos sociais e ativistas hoje reivindicam abraçar causas – tais como o direito ao aborto e a violência contra as mulheres – antes consideradas exclusivas de organizações reconhecidamente feministas. Hoje, os campos heterogêneos e policêntricos feministas em expansão se estendem a organizações paralelas da sociedade civil e se cruzam com outros movimentos sociais e outras interseccionalidades e têm ajudado a “indisciplinar” os discursos e agendas dos feminismos.

Na virada dos anos 2000, reavaliações autocríticas e autorreflexivas das relações do feminismo com o multiculturalismo neoliberal e a AGG e o crescente reconhecimento de seus limites e dimensões disciplinares levaram ao que Wendy Harcourt chama de um “terceiro momento” nos engajamentos feministas com o desenvolvimento (2005, p. 34). O primeiro momento, de acordo com Harcourt, foi de

contestação dos discursos do desenvolvimento que ocorreu nos anos 70-80 com a emergência do movimentos de mulheres em diversas partes do mundo [...] [e] o segundo movimento foi o engajamento sustentado dessas vozes radicais no discurso de desenvolvimento durante os últimos anos da década de 80 e primeiros da década de 1990, resultando no crescimento da profissionalização do desenvolvimento, a proliferação das ONGs com foco nas questões das mulheres, e uma ‘política da verdade’ que terminou subvertendo a agenda mais radical (2005, p. 34).

Harcourt argumenta que o terceiro momento, que começou no final da década de 1990, se caracteriza por problematizar e, algumas vezes, se distanciar dos discursos e aparatos de desenvolvimento.

Em ensaio recente, a feminista ativista e intelectual peruana Virginia Vargas, que foi a coordenadora regional do processo preparatório latino-americano para a Conferência de Beijing, reflete sobre estratégias passadas e presentes dos feminismos diante dos estados e instituições de desenvolvimento:

As estratégias estão mudando da defesa de direitos para a criação de contrapoderes e contra-alternativas à ideologia neoliberal. Ambas as estratégias estavam presentes em

Beijing, mas a defesa de direitos e não a oposição, caracterizaram a segunda metade dos anos 90 (VARGAS, 2009, p. 160).

Vargas, em seguida, sugere que a ONU, a quem alguns movimentos de mulheres chamaram de “madrinha improvável” (SNYDER, 2006), “havia dado amplo espaço de debate e negociação para os feminismos globais e ampliou o significado dos direitos das mulheres” desde o AIM até Beijing, mas:

não mais é a organização que foi nos anos 70 e 80. Sua autonomia, agora severamente enfraquecida, foi tomada de assalto pelo escandaloso unilateralismo dos Estados Unidos e pela dominação da política global por economias poderosas. Perdeu credibilidade. Ao mesmo tempo, fortes movimentos de solidariedade global estão emergindo para buscar uma globalização alternativa à promovida pelo neoliberalismo. Muitos grupos feministas estão tendo um papel ativo nesse esforço (VARGAS, 2009, p. 148).

“Engajar-se a processos da ONU”, como sugerido por Janet Conway, passou, então, a ser “visto por um número crescente de feministas como arriscado e ineficaz” (2010, p. 153). De fato, muitas feministas que, como Vargas, lideraram os processos paralelos preparatórios para as Conferências da ONU de Cairo e Beijing e suas respectivas “sequências” + 5 agora agrupados em uma coalisão chamada *Articulación Feminista Marcosur* (AFM, um jogo de palavras com Mercosul) – redirecionaram muitas de suas energias para influenciar os movimentos anti/alter-globalização ou de justiça global, engajando-se particularmente com o processo do Fórum Social Mundial (FSM) que unifica muitos daqueles movimentos mundialmente (ALVAREZ, 2009).¹⁰

Ara Wilson corretamente observa que, se por um lado, o engajamento feminista com o FSM “rejuvenesce sua articulação com movimentos radicais de esquerda”, por outro lado,

esse engajamento não surge apesar de, mas, de muitas maneiras, por causa de sua história na órbita das ONGs /ONU assim como de movimentos de mulheres autônomos e afiliados no Sul Global (2007, p. 22).

Emergindo dos paradoxos encontrados nas viagens dos feminismos pelo que Phillips e Cole (2009)

¹⁰ Sobre participação feminista no Fórum Social Mundial, veja: Alvarez, 2013; Alvarez; Faria; Nobre, 2004; Conway, 2007; 2009; 2010; Eschle, 2005; Eschle; Manguashca, 2010; Faria, 2003; Phillips; Cole, 2009; Roskos; Willis, 2007; Vargas, 2003; 2006; e Wilson, 2007.

chamam de a “órbita ONU” (2009), a AFM proclama ser um “espaço para intervenção feminista na arena global”, que busca desafiar “pensamentos únicos (formas unitárias de pensamento que suprimem o pluralismo) que aparecem em movimentos de oposição bem como entre neoliberais” e insistem na “centralidade da política do corpo para tornar visível aspectos suprimidos das lutas contra o neoliberalismo, o militarismo e o fundamentalismo” (CONWAY, 2010, p. 156).

Enquanto trabalhava para fazer “da agenda feminista (a subversão simbólica e cultural, direitos sexuais, equidade, etc.) [...] um componente integral da agenda pela justiça econômica e o aprofundamento da democracia” – resumo da missão da Articulación pela feminista uruguaia e cofundadora da AFM Lucy Garrido (ALVAREZ; FARIA; NOBRE, 2004) – a Articulación estabelece que é crucial construir um espaço autônomo para a organização feminista dentro do FSM e do movimento alter-globalização mais amplo, numa “tentativa de equilibrar-se entre a integração e a autonomia em relação ao Fórum Social Mundial”, uma “negociação que repete princípios a já consagrada navegação feminista entre autonomia e filiação a lutas da esquerda, populares ou nacionais” (WILSON, 2007, p. 16).

Já que o(s) “‘feminismo(s) transnacional/is’ é/são um fenômeno marcado por diferenças internas que é melhor representado no plural”, há, pois, importantes distinções nas abordagens, ênfases e estratégias entre essas feministas que participam do FSM, do movimento global mais amplo por justiça e outros espaços “mistos” do movimento (CONWAY, 2010, p. 168). Primeiramente, as feministas incluem um amplo espectro de posições sobre a melhor forma de enfrentar e combater a globalização neoliberal em geral e seus impactos devastadores nas vidas das mulheres em particular. Em segundo lugar, as feministas também diferem em relação às melhores estratégias para promover alianças com outras forças sociais que participam no processo do Fórum e para assegurar que as questões que são centrais aos feminismos se tornem partes integrais dos “outros mundos” na visão dos movimentos de justiça global.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e outras redes e grupos de movimentos feministas e de mulheres que se identificam com o chamado “campo anticapitalista” pela justiça global e pelos movimentos locais de protesto antineoliberal, apesar de terem seus “próprios pontos ocasionais de contato com o sistema ONU”, defendem que feministas devem trabalhar para integrar a justiça de gênero a todas as agendas, práticas e espaços daqueles movimentos maiores, focalizando na “construção do movimento entre as mulheres e feministas, mas também cruzando setorialmente com movimentos mistos e não feministas com quem construiriam alianças políticas contra o neoliberalismo” (CONWAY, 2010, p. 164). Sua organização transfronteiras construiu redes que intersectam conexões translocais, constituindo um novo tipo de internacionalismo cuja base é o local. Argumentando que “um Fórum paralelo de mulheres, seguindo o formato dos eventos da sociedade civil nas conferências da ONU”, não é a melhor estratégia feminista para o FSM, a feminista equatoriana Magdalena Leon T., da Rede Latino-Americana “Transformando a Economia”, que trabalha de forma próxima à MMM, propõe que

isso não significa que as mulheres não necessitam de nossos próprios espaços, nem que o Fórum seja vivido como um mundo ideal de igualdade, mas que estamos lidando com um processo qualitativamente diferente... é um esforço coletivo e solidário onde poder – em seu sentido institucional e formal – não é exercido ou disputado e onde o feminismo pode ocupar um papel central no avanço de suas utopias e propostas, que são radicais e globais em caráter (ALVAREZ; FARIA; NOBRE, 2004).

Estas expressões dos feminismos transnacionais se dizem particularmente interessadas em revigorar “o trabalho de movimento” e conectar com as novas formas de “feminismo popular” que estão tomando forma entre mulheres ativas em movimentos populares antineoliberais e antirracistas que tem florescido na América Latina desde o final da década de 90. Graciela di Marco sugere, por exemplo, que as mulheres piqueteiras, trabalhadoras em fábricas recuperadas, mães que lutam contra a brutalidade policial, e outras participantes dos movimentos populares que emergiram a partir da crise econômica do final de 2001 na Argentina, têm encontrado:

seu canal de expressão nos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (que atraem cerca de 20,000 mulheres cada ano), nas marchas e na luta pela legalização do aborto e pela libertação de mulheres presas por participar nesses movimentos (DI MARCO, 2006, p. 255; veja, também, DI MARCO, 2011; SUTTON, 2010).

Ela sustenta que a articulação do feminismo com outros movimentos sociais “deu origem a uma série de equivalências hegemonicamente representadas nos direitos sexuais, especialmente o direito ao aborto” que levou ao surgimento de uma identidade coletiva que, na esteira de Laclau, ela nomeia como um *pueblo* feminista, baseada na construção discursiva de um adversário em comum, nesse caso, os “portadores dos valores tradicionais e patriarcais” (DI MARCO, 2006). Manifestações desse *pueblo* feminista são amplamente evidenciadas no FSM e em outras redes como a Vía Campesina – uma rede global de pequenos agricultores em que o feminismo popular é plausivelmente hegemônico (ALVAREZ, 2009).

Enquanto os discursos e práticas de um subconjunto significativo de defensoras latino-americanas de direitos permanecem marcados por sua longa jornada pela órbita da ONU e das instituições que transversalizam o gênero verticalmente (*gender-mainstreamed institutions*), um número crescente de feministas não fala mais a partir do interior do discurso dominante de desenvolvimento. Esse reposicionamento dos ainda ambivalentes compromissos feministas com o desenvolvimento foi flagrantemente evidenciado na Conferência Rio+20, realizada em junho de 2012, em que redes ligadas a ambas as expressões de feminismos transnacionais descritas acima marcaram sua presença.

A AFM e outras redes feministas nacionais e transnacionais que surgem das mais de duas décadas de engajamentos paradoxais com a órbita da ONU organizaram o Território Global das Mulheres, um espaço autônomo onde seria possível traçar estratégias para impactar a Assembleia do Povo, o espaço central onde as lutas, ações e práticas dos movimentos pós-Rio+20 seriam decididos. Em uma nota para a imprensa, as redes que convergiram no Território das Mulheres proclamaram sua “defesa da justiça sócio-ambiental e a rejeição do desenvolvimento capitalista verde”, uma peça central do discurso

dominante nas reuniões das ONU. Fazendo referência ao ato de protesto organizado pelas redes do Território e liderado pelo grupo de percussão lésbico-feminista Tambores de Safo, durante o qual algumas participantes desnudaram seus seios “como uma expressão política de nossa luta”, porque “nossos seios indignados demandam ar puro para viver”, a nota à imprensa declarou que a marcha representava uma “um grito de guerra contra o capitalismo que tenta se disfarçar de verde, mas mantém-se através de sua voracidade pelo lucro que transforma tudo em mercadoria: o ar que respiramos, o conhecimento dos povos, a água, as florestas, as sementes, vida...”¹¹

A MMM encenou sua própria ação de protesto “contra o capitalismo verde” no início do encontro Rio+20, em frente à sede do Banco de Desenvolvimento Nacional Brasileiro, proclamando que o “machismo e capitalismo não são sustentáveis” e marchando sob a bandeira “mulheres em luta contra a mercantilização de nossos corpos, da vida, e da natureza”¹². Junto com mulheres ativistas da Vía Campesina, a Coordenação Andina de Mulheres Indígenas, a Confederação de Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Rede Feminista de Economia, o Movimento da Mulher Rural do Nordeste, e o Fórum Brasileiro pela Soberania e Segurança Alimentar, a MMM organizou uma oficina sobre “Feminismo, Agroecologia e Soberania Alimentar: construindo um novo paradigma para a sustentabilidade da vida humana” na Cúpula dos Povos paralela, enquanto antes se priorizava “mobilização e construção de convergências” dentro da Cumbre de los Pueblos (Cúpula dos Povos) paralela.¹³ Criticando a “economia verde” como nada mais que “ambientalismo de mercado” cujo “principio básico”, de acordo com a Presidente de operações globais do MMM, a brasileira Miriam Nobre, “é” de compensação, a ideia de que não é necessário mudar o modelo de produção e consumo” e

¹¹ Comunicado à Imprensa da Articulação de Mulheres e Tambores de Safo. Disponível em: <<http://cabobranco.com.br/articulacao/?p=865>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

¹² Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<http://sof.org.br/marcha/?pagina=inicio&idNoticia=746>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

¹³ Terezinha Vicente, “O feminismo antirracista e anticapitalista, que luta pela igualdade e pelo fim da opressão das mulheres, tem propostas para a humanidade e é uma força organizada em todo o mundo”, 18 jun. 2012.

que “não enfrenta a questão da desigualdade no mundo.”¹⁴

Uma vez que a reparação das desigualdades tem sido uma preocupação da política pós-neoliberal ou neo-desenvolvimentista¹⁵ da Virada à Esquerda latino-americana, a proliferação de governos de esquerda e centro-esquerda na região, desde 1998, pode ter expandido o espaço político para movimentos feministas e de mulheres identificados com o “campo anti-capitalista” e, em casos como a Bolívia, para organizações de mulheres vinculadas a movimentos indígenas. Como foi o caso com outros momentos de desenvolvimento neoliberal discutidos acima, o fato de que, em 2009, cerca de dois terços dos latino-americanos viviam sob algum tipo de governo com tendência de esquerda (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, p. 1) apresenta oportunidades novas, assim como novos desafios, facilitando, mas, também, delimitando as condições políticas em que os movimentos feministas e de mulheres operam.

Os movimentos feministas e de mulheres formaram parte da onda de ativismo de movimentos sociais que contribuiu para trazer a esquerda ao poder. E como uma ativista uruguaia disse durante uma oficina sobre feminismo e esquerda realizada no Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho na Cidade do México, muitas feministas “sentem-se autorizadas a dialogar com novos governos, mas também a reclamar”. Enquanto a virada para a esquerda tem, sem dúvidas, melhorado as condições de vida de mulheres e homens das majorias pobres, indígenas e afrodescendentes, na visão de muitas ativistas dos movimentos feministas e de mulheres, os governos de esquerda continuam patriarcais e estão presos a pressupostos maternalistas; e a maioria continua a funcionar dentro das fronteiras da AGG. Além disso, “os novos governos resistem ativamente a questionamentos das relações de gênero e da construção da sexualidade” (FRIEDMAN, 2007, p. 16).

¹⁴ Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<http://sof.org.br/marcha/?pagina=inicio&idNoticia=744>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

¹⁵ Eu concordo com a avaliação de Levitsky e Roberts de que a maioria dos governos que se identificam com a virada de esquerda na América Latina, “inclusive aqueles que mantinham políticas macroeconômicas ortodoxas, usavam o poder do estado para alterar a distribuição de renda e oportunidades econômicas em suas sociedades. Por essa razão, nenhuma delas deve ser caracterizada como neoliberal” (2011, p. 23).

Tal resistência aponta para o fato de que o ativismo centrado na autonomia sexual e reprodutiva, por exemplo, provavelmente continuará a ser significativamente circunscrito (FRIEDMAN, 2009; 2010; GAGO, 2007; KAMPWIRTH, 2011).

As políticas sociais de muitos governos de esquerda – embora mais extensivas e expansivas que aquelas das contrapartes neoliberais da Fase II – também permanece profundamente marcada pelo gênero e a maioria ainda depende do trabalho reprodutivo não pago de mulheres pobres. Iniciados em alguns países durante a segunda fase do neoliberalismo, programas condicionais de transferência de renda (PCTR) “tornaram-se um importante pilar no novo paradigma de proteção social da região” (HUNTER; SUGIYAMA, 2012, p. 9). Como Wendy Hunter e Natacha Borges Sugiyama sugerem, “o veredito ainda há de ser dado em relação até que ponto os PCTRs empoderam as mulheres. De um lado, o fato de que pagamentos tendem a ir diretamente a mulheres chefes de família pode realçar sua autonomia dentro do núcleo familiar. Por outro lado, a maior responsabilidade de preencher as condicionais geralmente repousa sobre as mães” (2012, p. 10).

Se efeitos dos PCTRs sobre o empoderamento das mulheres são contraditórios, as implicações para os movimentos de mulheres também o são. Por um lado, setores do movimento silenciados durante a segunda fase do neoliberalismo podem agora ganhar maior visibilidade pública e acesso mais fácil ao microfone da política nacional nos governos da Maré Rosa; por outro lado, PCTRs são tipicamente administrados por burocracias estatais e não por ONGs, e, portanto, não expandem o espaço para intervenções feministas profissionalizadas que possam contribuir para dar maior autonomia às mulheres que recebem auxílio de programas focalizados nas mães. Os PCTRs também têm como meta famílias/mães individuais e não organizações de base de mulheres, como foi o caso de muitos programas neoliberais da Fase II – o que pode indiretamente limitar em vez de promover os movimentos de mulheres.

À guisa de conclusão

O júri ainda vai se pronunciar sobre como os movimentos latino-americanos feministas e de mulheres poderiam mais efetivamente engajar-se com o atual momento neodesenvolvimentista ou pós-neoliberal. E da mesma forma que os momentos neoliberais anteriores discutidos neste ensaio, ativistas continuam a trabalhar para mobilizar políticas sociais e de desenvolvimento de estados pós-neoliberais em direções mais feministas e, como sempre, permanecem ambivalentes em seus engajamentos com aquelas arenas políticas. No entanto, agora de forma mais consciente, buscam desafiar e ir além do discurso de desenvolvimento dominante, mesmo o da esquerda e centro-esquerda.

Como no passado, o atual momento do desenvolvimento poderá ter consequências paradoxais para movimentos feministas e de mulheres, mas paradoxos são o que movem os movimentos.¹⁶

Como tentei demonstrar, as contradições e os conflitos por elas engendrados nos movimentos – na medida em que confrontados ao invés de camuflados ou evitados – podem ser produtivos, levando à autorreflexão crítica que é essencial para revitalizar as práticas e os discursos dos movimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. O marco discursivo da “participação solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Ed.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 95-134.

ALVAREZ, S. E. Advocating feminism: the Latin American Feminist NGO “boom”. *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, n. 2, p. 181-209, 1999.

¹⁶ Ver Jeff Rubin e Emma Sokoloff-Rubin (2013) sobre a ideia que ativistas do movimento de mulheres no Brasil “tem um paradoxo”. Eles argumentam que ‘paradoxos que identificamos foram vividos como tensões, trazendo historia pessoal e coletiva para o presente, e esses desconfortos agudos forçou as mulheres a agirem’ e ‘devolveu os movimentos aos próprios movimentos, pressionando-os a concretizar o futuro enquanto moviam no tempo’.

ALVAREZ, S. E. Beyond NGOization? reflections on Latin America. *Development*, v. 52, n. 2, 2009.

ALVAREZ, S. E. Beyond the civil society agenda: citizen participation and practices of governance, governability, and governmentality. In: _____ et al. (Ed.). *Beyond civil society: social movements, civic participation, and democratic innovation*. no prelo.

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil: women’s movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990a.

ALVAREZ, S. Foreword. In: MAIER, E.; LEBON, N. (Ed.). *Women’s activism in Latin America and the Caribbean: engendering social justice, democratizing citizenship*. New Brunswick; Tijuana; Mexico: Rutgers University Press; El Colégio de México, 2010. p. xi-xiv.

ALVAREZ, S. E. Globalized localisms: the travels and translations of the World Social Forum Process. In: SEN, J.; WATERMAN, P. (Ed.). *World Social Forum: critical explorations*. New Delhi: OpenWord Books, 2013. v. 3.

ALVAREZ, S. Latin American Feminisms “Go Global”: trends of the 1990s and challenges for the New Millennium. In: _____; ESCOBAR, A.; DAGNINO, E. (Ed.). *Cultures of politics/Politics of cultures: re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder, CO: Westview, 1998. p. 293-324.

ALVAREZ, S. Translating the global: effects of transnational organizing on local feminist discourses and practices in Latin America. *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, v. 1, n. 1, p. 29-67, 2000.

ALVAREZ, S. Women’s participation in the Brazilian “People’s Church”: a critical appraisal. *Feminist Studies*, v. 16, n. 1, 1990b.

ALVAREZ, S. et al. Encountering Latin American Feminisms. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 2, p. 537-579, 2003.

ALVAREZ, S.; FARIA, N.; NOBRE, M. Another (also feminist) world is possible: constructing transnational spaces and global alternatives from the movements. In: SEN, J. et al. (Ed.). *World Social Forum: Challenging Empires*. New Delhi: Viveka, 2004. p. 199-206.

ANTROBUS, P. *The Global Women’s movement: origins, issues and strategies*. New York: Palgrave, 2004.

ARDITTI, R. *Searching for Life: Grandmothers of the Plaza de Mayo and the disappeared children of Argentina*. Berkeley: University of California Press, 1999.

ASHER, K. Texts in contexts: reading Afro-Colombian Women’s Activism. In: ALVAREZ, S. et al. (Ed.). *Translocalities/Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/a Américas*. Durham, NC: Duke University Press, 2014.

- BAIROS, L. III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas*, n. 10, p. 169-170, 2002.
- BARRIG, M. Women, collective kitchens, and the crisis of the state in Peru. In: FRIEDMAN, J.; ABERS, R.; AUTLER, L. (Ed.). *Emergencies: women's struggles for livelihood in Latin America*. Los Angeles: University of California, Latin American Center, 1996. p. 59-78.
- BOCCARA, G. B. Etnogubernamentalidad: la formación del campo de la salud intercultural en Chile. *Chungara – Revista de Antropología Chilena*, v. 39, n. 2, p. 185-207, 2007.
- CALDEIRA, T. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDWELL, K. *Negras in Brazil: re-visioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2007.
- CARNEIRO, S. Black women's identity in Brazil. In: REICHMANN, R. (Ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park, PA: Penn State University Press, 1999.
- CONWAY, J. Geographies of transnational feminisms: the politics of place and scale in the World March of Women. *Social Politics*, v. 15, n. 2, p. 207-231, 2008.
- CONWAY, J. Stretching the scope of solidarities. troubling transnational feminism(s) at the World Social Forum. In: DUFOUR, P.; MASSON, D.; CAOUILLE, D. (Ed.). *Solidarities beyond borders: transnationalizing women's movements*, Vancouver: UCB Press, 2010.
- CONWAY, J. Transnational feminisms and the World Social Forum: encounters and transformations in anti-globalization spaces. *International Women's Studies*, v. 8, n. 3, p. 49-70, 2007.
- CORNWALL, A.; ANYIDOH, N. Introduction women's empowerment: contentions and contestations. *Development*, v. 53, n. 2, p. 144-149, 2010.
- CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Gender myths and feminist fables: the struggle for interpretive power in gender and development. In: _____; _____; _____. (Ed.). *Gender myths and feminist fables: the struggle for interpretive power in gender and development*. London: Wiley-Blackwell, 2007a. p. 1-19.
- CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introduction: feminisms in development: contradictions, contestations, challenges. In: _____; _____; _____. (Ed.). *Feminisms in development: contradictions, contestations & challenges*. London: Zed Books, 2007b. p. 1-20.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____; (Ed.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-302.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____; _____; _____. (Ed.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.
- DANGL, B. *Dancing with dynamite social movements and states in Latin America*. AK Press, 2010.
- DEAN, M. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage Publications, 1999.
- DI MARCO, G. *El pueblo feminista: movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno de la ciudadanía*. Buenos Aires: Biblos, 2011.
- DI MARCO, G. Movimientos sociales y democratización en Argentina. In: LEBLON, N.; MAIER, E. (Ed.). *De lo privado a lo público: 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. México, D.F.: Siglo XXI; UNIFEM; LASA, 2006.
- EDWARDS, B.; FOLEY, M.; DIANI, M. *Beyond Tocqueville: civil society and the social capital debate in comparative perspective*. Boston, MA: University Press of New England, 2001.
- EDWARDS, M.; HULME, D. *Beyond the magic bullet: NGO performance and accountability in the post-cold war world*. West Hartford, Ct.: Kumarian Press, 1996.
- ESCHLE, C. "Skeleton Women": feminism and the antiglobalization movement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 3, p. 1741-1760, 2005.
- ESCOBAR, A. Culture, economics, and politics in Latin American Social Movements theory and research. In: _____; ALVAREZ, S. E. (Ed.). *The making of social movements in Latin America*. Boulder, CO: Westview Press, 1992.
- EYBEN, R. Battles over booklets: gender myths in the British Aid Programme. In: CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. (Ed.). *Feminisms in development: contradictions, contestations & challenges*. London: Zed, 2007. p. 65-79.
- FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Apresentação: Dossiê Feminismos Jovens. *Cadernos Pagu*, v. 36, p. 9-24, 2011.
- FARIA, N. *Construir la igualdad: debates feministas en el Foro Social Mundial*. Quito: Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía; Rede Economia e Feminismo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003.
- FISHER, W. Doing good? the politics and antipolitics of NGO practices. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, n. 1, p. 439-464, 1997.
- FRIEDMAN, E. Gender, sexuality and the Latin American left: testing the transformation. *Third World Quarterly*, v. 30, n. 2, p. 415-433, 2009.

- FRIEDMAN, E. Gendering the agenda: Women's Transnational Organizing at the UN World Conferences of the 1990s. In: ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 41st. March 14-17, Los Angeles. *Paper...* California, 2000.
- FRIEDMAN, E. Introduction: how pink is the "Pink Tide"? *NACLA Report on the Americas*, v. 40, n. 2, p. 16, 2007.
- FRIEDMAN, E. Seeking rights from the left: gender and sexuality in Latin America. In: BASU, A. (Ed.). *Women's Movements in the Global Era: the power of local feminisms*. Boulder, CO: Westview Press, 2010.
- FRIEDMAN, E. The effects of "transnationalism reversed" in Venezuela: assessing the impact of UN global conferences on the women's movement. *International Feminist Journal of Politics*, v. 1, n. 3, p. 357-381, 1999.
- GAGO, V. Dangerous liasons: Latin American Feminists and the left. *NACLA Report on the Americas*, v. 40, n. 2, p. 17-19, 2007.
- GRAU, O.; PÉREZ, F.; OLEA, R. *IV Conferencia Mundial de la Mujer, Beijing '95: actores y discursos*, 1997.
- GRUGEL, J. European NGOs and democratization in Latin America: policy networks and transnational ethical networks. In: _____. (Ed.). *Democracy without borders: transnationalization and conditionality in news democracies*. London: Routledge; New York: Routledge, 1999. p. 120-137.
- GRUHN, I. V. NGOs in Partnership with the UN: a new fix or a new problem for African development? *Global Society*, n. 11, v. 3, p. 325-337, 1997.
- HALE, C.; MILLAMÁN, R. Cultural agency and political struggle in the Era of the Indio Permitido. In: SOMMER, D. (Ed.). *Cultural Agency in the Americas*. Durham, NC: Duke University Press, 2006. p. 281-304.
- HARCOURT, W. The body politic in global development discourse. In: _____. ESCOBAR, A. (Ed.). *Women and the politics of place*. Bloomfield: Kumarian Press Inc., 2005.
- HERNÁNDEZ CASTILLO, R. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico: las mujeres indígenas y sus demandas de género. *Debate Feminista*, n. 12, p. 206-230, 2001.
- HERNÁNDEZ CASTILLO, R. The emergence of indigenous feminism in Latin America. *Signs*, v. 35, n. 3, p. 539-545, 2010.
- HOOKE, J. Afro-descendant struggles for Collective Rights in Latin America. In: MULLINGS, L. (Ed.). *New Social movements in the African diaspora: challenging global apartheid*. New York: Palgrave, 2009. p. 139-154.
- HTUN, M. *Sex and the State: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- HUNTER, W.; SUGIYAMA, N. B. Conditional Cash Transfer Programs: assessing their achievements and probing their promise. *LASA Forum*, v. 43, n. 3, p. 9-10, 2012.
- JAD, I. The NGO-ization of Arab Women's Movements. In: CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. (Ed.). *Feminisms in development: contradictions, contestations & challenges*. London: Zed, 2007. p. 177-191.
- JAQUETTE, J. *Feminist agendas and democracy in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2009.
- JAQUETTE, J. *The Women's Movement in Latin America: participation and democracy*. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 1994.
- JAQUETTE, J.; WOLCHIK, S. *Women and democracy: Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.
- JELIN, E. *Ciudadanía e identidad: las mujeres en los movimientos sociales Latinoamericanos*. Geneva: UNRISD, 1987.
- JELIN, E. Women, gender and human rights. In: _____. HERSHBERG, E. (Ed.). *Constructing democracy: human rights, citizenship and society in Latin America*. Boulder, CO: Westview Press, 1996. p. 177-224.
- JENKINS, K. Practically professionals? grassroots women as local experts; a Peruvian case study. *Political Geography*, v. 27, n. 2, p. 139-159, 2008.
- KAMPWIRTH, K. *Latin America's new left and the politics of gender: lessons from Nicaragua*. New York: Springer, 2011.
- KECK, M.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1998.
- LANG, S. The NGOization of Feminism. In: SCOTT, J.; KAPLAN, C.; KEATES, D. *Transitions, environments, translations: feminisms in international politics*. New York: Routledge, 1997. p. 101-120.
- LAO-MONTES, A. Cartographies of Afro-Latina/o Politics: political contests and historical challenges. In: ALVAREZ, S. E. et al. (Ed.). *Beyond civil society: social movements, civic participation, and democratic innovation*, no prelo.
- LEBON, N. Beyond confronting the myth of racial democracy: the role of Afro-brazilian women scholars and activists. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 6, p. 52-76, 2007.
- LEBON, N. *The labor of love and bread: volunteer and professionalized activism in the São Paulo Women's*

- Health Movement. Ph.D. dissertation, University of Florida, 1998.
- LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.
- LIEVESLEY, G.; LUDLAM, S. *Reclaiming Latin America: experiments in radical social democracy*. London; New York: Zed Books, 2009.
- LIND, A. *Gendered paradoxes: women's movements, state restructuring and global development in Ecuador*. University Park: Pennsylvania State University, 2005.
- LIND, A. Negotiating boundaries: women's organizations and the politics of development in Ecuador. In: MARCHAND, M.; RUNYAN, A. (Ed.). *Gender and global restructuring: sightings, sites, and resistances*. New York: Routledge, 2000. p. 161-175.
- LUCERO, J. Decades lost and won: the articulations of indigenous movements and multicultural neoliberalism in the Andes. In: BURDICK, J.; OXHORN, P.; ROBERTS, K. (Ed.). *Beyond neoliberalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- MACAULAY, F. Trickle up, down, and sideways: gender policy and political opportunity in Brazil. In: MAIER, E.; LEBON, N. *Women's activism in Latin America and the Caribbean: engendering social justice, democratizing citizenship*. New Brunswick: Rutgers University Press; Tijuana, Mexico: El Colegio de México, 2010. p. 273-290.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.
- MOGHADAM, V. *Globalizing women: transnational feminist networks*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- MOLYNEUX, M. Change and continuity in social protection in Latin America: mothers at the service of the State? In: UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT. *Gender and Development Papers*, n. 1, 2007a.
- MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the new poverty agenda: progreso/oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. *Social Policy & Administration*, v. 40, n. 4, p. 425-449, 2006.
- MOLYNEUX, M. The chimera of success: gender enui and the changed international policy environment. In: CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. *Feminisms in development: contradictions, contestations & challenges*. London: Zed, 2007b. p. 227-240.
- MOLYNEUX, M.; CRASKE, N. *Gender and the politics of rights and democracy in Latin America*. London: Palgrave Macmillan, 2002.
- MOLYNEUX, M.; LAZAR, S. *Doing the rights thing: rights-based development and Latin American NGOs*. London: ITDG Publishing, 2003.
- MOSER, A. Happy heterogeneity? feminism, development and the Grassroots Women's Movement in Peru. *Feminist Studies*, v. 30, n. 1, p. 211-237, 2004.
- MURDOCK, D. *When women have wings: feminism and development in Medellín, Colombia*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2008.
- NAVARRO, M. The mothers of the Plaza de Mayo in Argentina. In: ECKSTEIN, S. (Ed.). *Power and popular protest: Latin American social movements*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- OLIVEIRA, G.; SANT'ANNA, V. Chega de saudade, a realidade é que... *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 199-207, 2002.
- PAPA, F.; SOUZA, R. *Jovens feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Fundação Friedrich Ebert; UNIFEM, 2009.
- PASCHEL, T.; SAWYER, M. Contesting politics as usual: black social movements, globalization, and race policy in Latin America. In: MULLINGS, L. (Ed.). *New social movements of the African Diaspora: challenging global apartheid*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 13-32.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing space. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380-404, 2002.
- PHILLIPS, L.; COLE, S. Feminist flows, feminist fault lines: women's machineries and women's movements in Latin America. *Signs*, v. 35, n. 1, p. 185-211, 2009.
- PIESTER, K. Constructing an alternative to party politics? Mexican NGO Networks. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, XIX. *Paper...* Washington, D.C., set. 1995.
- POSTERO, N. Indigenous responses to neoliberalism. *Political and Legal Anthropology Review*, v. 28, n. 1, p. 73-92, 2005.
- POSTERO, N. *Now we are citizens: indigenous politics in postmulticultural Bolivia*. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- PUTNAM, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- RAI, S. M. *Gender and the political economy of development*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- RICHARDS, P. *Pobladoras, indígenas, and the state: conflicts over women's rights in Chile*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2004.

- RICHARDS, P. Of Indians and terrorists: how the state and local elites construct the Mapuche in neoliberal multicultural Chile. *Journal of Latin American Studies*, v. 42, n. 1, p. 59-90, 2010.
- RODRIGUES, C.; PRADO, M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.
- ROLAND, E. O Movimento das Mulheres Negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A.; HUNTLEY, L. (Ed.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.
- ROSKOS, L.; WILLIS, P. Special issue on women's bodies, gender analysis, and feminist politics at the Fórum Social Mundial. *International Women's Studies*, v. 8, n. 3, 2007.
- SAFA, H. I. Challenging mestizaje: a gender perspective on Indigenous and Afro-descendant movements in Latin America. *Critique of Anthropology*, n. 25, p. 307-333, 2005.
- SCHIRMER, J. Those who die for life cannot be called dead: women and human rights protest in Latin America. *Feminist Review*, n. 32, 1989.
- SILLIMAN, J. Expanding civil society: shrinking political spaces: the case of women's nongovernmental organizations. *Social Politics*, v. 6, n. 1, p. 23-53, 1999.
- SILVA, E. *Challenging neoliberalism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SNYDER, M. Unlikely godmother: the UN and the Global Women's Movement. In: FERREE, M.; TRIPP, A. *Global feminism: transnational women's activism, organizing and human rights*. New York: New York University Press, 2006. p. 24-50.
- SPEED, S.; HERNÁNDEZ CASTILLO, A.; STEPHEN, L. *Dissident women: gender and cultural politics in Chiapas*. Austin: University of Texas Press, 2006.
- STERNBACH, N. S. et al.-Feminisms in Latin America: from Bogota to San Bernardo. In: ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. *The making of social movements in Latin America: identity, strategy, and democracy*. Boulder: Westview Press, 1992. p. 393-434.
- SUTTON, B. *Bodies in crisis: culture, violence and women's resistance in neoliberal Argentina*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 2010.
- TAYLOR, L. Market Forces and moral imperatives: the professionalization of social activism in Latin America. In: GRUGEL, J. *Democracy without borders: transnationalization and conditionality in new democracies*. New York: Routledge, 1999.
- TEIXEIRA, A. C. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003.
- THAYER, M. *Making transnational feminism: rural women, NGO activists, and northern donors in Brazil*. New York: Routledge, 2010.
- Trilhas do Empoderamento das Mulheres". Disponível em: <http://www.pathwaysofempowerment.org/resources_pathways.html>.
- VARGAS, V. International feminisms: the World Social Forum. In: JAQUETTE, J. S. *Feminist agendas and democracy in Latin America*. Durham, NC: Duke University Press, 2009. p. 145-164.
- VILAS, C. The left in South America and the Resurgence of national-popular regimes. In: HERSHBERG, E.; ROSEN, F. *Latin America after neoliberalism: turning the tide in the 21st Century*. New York: The New Press; NACLA, 2006. p. 232-251.
- WAYLEN, G. Women and democratization: conceptualizing gender relations in transition politics. *World Politics*, v. 46, n. 3, p. 327-354, 1994.
- WAYLEN, G. *Engendering transitions: women's mobilization, institutions, and gender outcomes*. London: Oxford University Press, 2007.
- WEST, L. A. *The United Nations Women's Conferences and feminist politics*. In: MEYER, M. K.; PRÜGL, E. *Gender politics in global governance*. Washington: Rowman & Littlefield, 1999. p. 177-193.
- WILSON, A. Feminism in the spaces of the World Social Forum. *International Women's Studies*, v. 8, n. 3, p. 10-27, 2007.
- ZANOTTI, L. Governmentalizing the Post-Cold War international regime: the UN debate on democratization and good governance. *Alternatives*, v. 30, n. 4, p. 461, 2005.